

ATA Nº 023/2026
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, participaram da reunião o Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA e os seguintes membros do Conselho Superior de Administração: RUBIA CRISTINA SECUNDINO, FRANCISCO MIGUEL SOARES (Suplente), CESAR AUGUSTO BARBIERO, RUBENS CARRILHO, CARLOS MAGNO ZANOTTI MEIRELLES, MARIA HELENA ALVES OLIVEIRA, JORGE DA CONCEIÇÃO GOMES E MARCOS DA SILVA GONÇALVES, contando ainda com a participação do Diretor de Investimentos, LUCAS PAZ e a equipe técnica da Diretoria de Investimentos e Controle Interno como ouvintes, da equipe técnica da Autarquia e secretariando, JULIA WAISSBERG.

A reunião foi aberta pelo Presidente, **Sr. Heitor Pereira Moreira**, que saudou os presentes e agradeceu a participação de todos. Inicialmente, em resposta aos questionamentos apresentados pelos Conselheiros na reunião anterior, prestou informações acerca das providências relacionadas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Instituto. Esclareceu que os laudos de avaliação imobiliária estavam sendo elaborados pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e que, após a sua conclusão, o Niterói Prev adotará as medidas necessárias para a atualização dos valores locatícios, de forma a adequá-los às condições de mercado e promover maior rentabilidade ao patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social.

Na sequência, informou que foi instaurado processo administrativo com a finalidade de apurar medidas relacionadas aos atos praticados por ex-Presidentes da Autarquia, ressaltando que a Administração vem adotando todas as providências cabíveis para resguardar o patrimônio do Instituto. Acrescentou que o processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para análise e adoção das providências pertinentes.

Superados os informes iniciais, passou-se ao primeiro item da pauta, referente à apresentação do **Estudo de Asset Liability Management – ALM 2026**, sendo a palavra franqueada ao Diretor de Investimentos, **Sr. Lucas José Lopes Paz**.

O Diretor iniciou a apresentação esclarecendo que o estudo teve por objetivo avaliar a compatibilidade entre os ativos financeiros do Instituto e suas obrigações atuariais futuras, subsidiando a definição da estratégia de investimentos de longo prazo. Explicou que o trabalho foi desenvolvido mediante metodologia estocástica, contemplando diferentes cenários econômicos e projeções probabilísticas, permitindo avaliar o comportamento esperado da carteira diante de distintas condições de mercado.

Durante a exposição, foram apresentados os principais parâmetros utilizados, as premissas econômicas e atuariais consideradas, os cenários simulados, a avaliação dos indicadores de solvência, as projeções de fluxo de caixa previdenciário, bem como as alternativas de alocação dos recursos visando maximizar a probabilidade de atingimento da meta atuarial ao longo do horizonte analisado, conforme tabelas abaixo.

CENÁRIO BASE

Mediana da expectativa de retorno por Benchmark

Ano	CDI/Selic	IPCA/INPC	IGP-M	IMA-B	IMA-B 5	IMA-B 5+	Ibov/IBrX/ IDIV	IFIX	Global Agg Bond	MSCI World BRL
1	14,27	5,06	6,00	10,31	14,40	17,75	19,98	14,90	12,44	17,56
2	12,25	4,50	4,00	14,01	13,57	14,34	17,86	14,07	11,44	16,68
3	10,63	4,09	3,82	13,23	12,61	13,69	16,16	13,11	10,44	16,07
4	9,63	3,50	3,70	11,21	10,72	11,59	15,11	11,22	9,44	15,67
5	8,88	3,50	3,70	10,85	10,02	11,48	14,32	10,52	9,44	12,07
6 ^a	8,50	3,50	3,70	10,80	10,02	11,38	13,93	10,52	9,44	11,69
7	8,50	3,50	3,70	10,80	10,02	11,38	13,93	10,52	9,44	11,69
8	8,50	3,50	3,70	10,80	10,02	11,38	13,93	10,52	9,44	11,69
9	8,50	3,50	3,70	10,80	10,02	11,38	13,93	10,52	9,44	11,69
10	8,50	3,50	3,70	10,80	10,02	11,38	13,93	10,52	9,44	11,69
Vol.	0,25	1,25	3,28	6,71	2,82	10,07	IBOV 20,97 IDIV 20,75	10,35	6,06	15,50

CARTEIRA ATUAL

A tabela abaixo apresenta a correspondência entre os diversos mandatos mantidos no plano e os *benchmarks* considerados.

Mandato	Carteira Atual	% PL	Benchmark
Renda Fixa CDI	604.209.981,27	24,47	CDI
Renda Fixa Títulos Públicos Fundos	287.420.980,27	10,28	IMA-B 5
Renda Fixa Crédito Privado 2	141.080.618,29	5,05	CDI + 1,00% a.a.
Renda Variável 1	63.738.307,06	2,28	IDIV
Renda Variável 2	81.371.611,23	2,91	Ibovpa
Multimercado Estruturado	18.463.812,12	0,59	S&P 500 + Diferencial de Juros
Investimentos Estruturados	144.288.592,51	5,16	IPCA + 15,00% a.a. ¹
Investimentos Imobiliário	19.015.576,24	0,68	IFIX
Investimento no Exterior RV	21.681.786,22	0,78	MSCI World BRL
Investimento no Exterior RF	0,00	0,00	Global Agg Bond
Imóveis	12.375.999,45	0,44	IPCA
Carteira de Títulos	1.324.335.817,45	47,37	-
Total	2.796.021.082,11	-	-

¹ Para os títulos públicos e privados marcados na curva foram consideradas as taxas e fluxos individuais dos papéis.

² Os 130 milhões de FIP a integralizar terão retorno de SELIC no primeiro ano e IPCA + 15% do segundo ano em diante.

RESULTADOS

Mandato	Carteira Atual (R\$)	% PL	Carteira Otimizada (R\$)	% PL	Diferença (R\$)
Renda Fixa CDI	604.269.981,27	24,47	165.412.561,99	5,82	-518.857.419,28
Renda Fixa Títulos Públicos Fundos	287.420.980,27	10,28	202.903.640,06	7,26	-84.517.340,21
Renda Fixa Crédito Privado 2	141.080.618,29	5,05	141.080.618,29	5,05	0,00
Renda Variável 1	63.738.307,06	2,28	43.798.474,98	1,57	-19.939.832,08
Renda Variável 2	81.371.611,23	2,91	53.361.727,26	1,91	-28.009.883,97
Multimercado Estruturado	18.463.812,12	0,59	18.463.812,12	0,59	0,00
Investimentos Estruturados	144.288.592,51	5,16	144.288.592,51	5,16	0,00
Investimentos Imobiliário	19.015.576,24	0,68	19.015.576,24	0,68	0,00
Investimento no Exterior RV	21.681.786,22	0,78	21.681.786,22	0,78	0,00
Investimento no Exterior RF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imóveis	12.375.999,45	0,44	12.375.999,45	0,44	0,00
Carteira de Títulos	1.324.335.817,45	47,37	1.975.680.292,99	70,68	651.324.475,54
Total	2.796.021.082,11	-	2.796.021.082,11	-	0,00

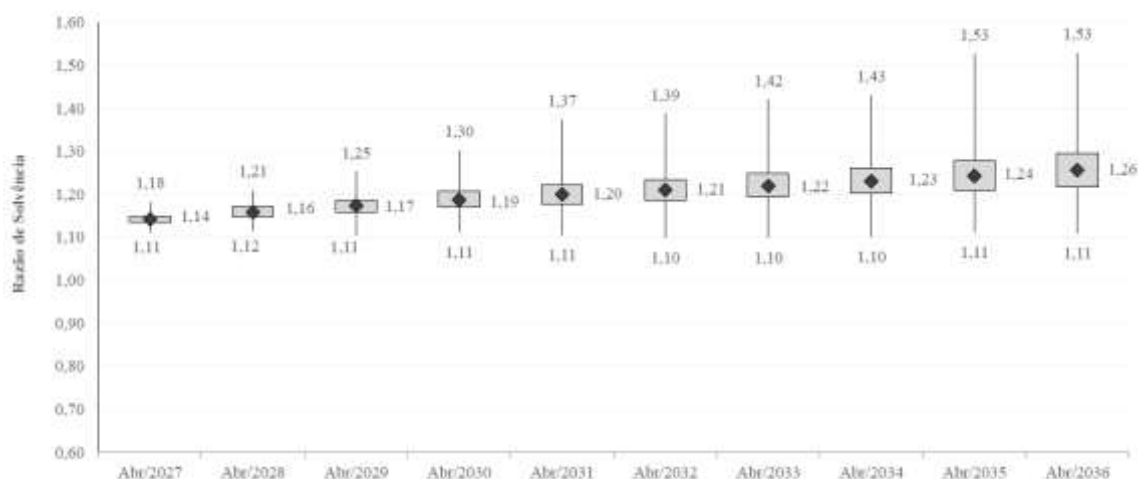
RESULTADOS

Titulos	Carteira Atual (R\$)	% PL	Carteira Otimizada (R\$)	% PL	Diferença (R\$)
Ativos de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Debêntures	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2028	42.521.641,89	3,21	42.521.641,89	2,15	0,00
NTN-B 2029	33.359.767,96	2,52	33.359.767,96	1,69	0,00
NTN-B 2030	96.880.751,41	7,32	96.880.751,41	4,90	0,00
NTN-B 2031	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2032	217.416.497,59	16,42	217.416.497,59	11,00	0,00
NTN-B 2033	41.043.738,44	3,10	41.043.738,44	2,08	0,00
NTN-B 2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2037	92.045.551,67	6,95	92.045.551,67	4,66	0,00
NTN-B 2040	481.685.890,34	36,37	481.685.890,34	24,38	0,00
NTN-B 2045	319.381.978,16	24,12	486.323.721,45	24,62	166.941.743,29
NTN-B 2050	0,00	0,00	263.815.782,80	13,35	263.815.782,80
NTN-B 2055	0,00	0,00	220.566.949,46	11,16	220.566.949,46
NTN-B 2060	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.324.335.817,45	-	1.975.660.292,99	-	651.324.475,54

O Diretor destacou que o estudo apontava elevada probabilidade de cumprimento da meta atuarial mediante o fortalecimento da estratégia de investimentos em títulos públicos federais marcados na curva, especialmente NTN-B compatíveis com o perfil das obrigações previdenciárias, preservando-se, contudo, níveis adequados de diversificação e liquidez para atendimento às necessidades financeiras do Instituto.

RAZÃO DE SOLVÊNCIA

Carteira Otimizada



PROBABILIDADE DE CUMPRIMENTO DA META

Considerando os resultados dos estudos, bem como a projeção da carteira otimizada face aos riscos das classes de investimentos previstas para o portfólio, foram estimadas, conforme a tabela, as probabilidades de retorno para o período de 10 anos.

Probabilidade	Retorno
25%	$\leq 7,21\%$
50%	$> 7,21\% \text{ e } < 8,10\%$
25%	$\geq 8,10\%$

Analisando especificamente a Meta Atuarial do plano, existe um potencial de cumprimento estimado em:

Probabilidade	Meta Atuarial
99%	$\geq 5,56\%$

Concluída a apresentação técnica, o Presidente abriu espaço para manifestações dos Conselheiros.

O Conselheiro **Carlos Magno** iniciou sua manifestação cumprimentando a equipe técnica pela qualidade do estudo apresentado. Informou que havia preparado diversos questionamentos técnicos acerca do material, porém, considerando o estado de saúde do Presidente e visando não prolongar demasiadamente a reunião, procuraria sintetizar suas observações.

Inicialmente, solicitou esclarecimentos acerca da indicação de custo administrativo igual a zero por cento ao ano nas premissas utilizadas pelo estudo, questionando de que forma essa informação impactava as projeções realizadas.

Na sequência, manifestou preocupação quanto à estratégia sugerida de ampliação da concentração da carteira em títulos públicos federais, ponderando que, embora reconhecesse a segurança desses ativos, considerava importante refletir sobre eventual concentração excessiva em um único emissor e seus impactos sobre a diversificação da carteira no longo prazo.

Também questionou as premissas atuariais adotadas no estudo, ressaltando que eventuais alterações ou inconsistências na avaliação atuarial poderiam influenciar significativamente os resultados obtidos pelo ALM, razão pela qual considerava importante compreender o grau de sensibilidade do estudo em relação a essas variáveis. Prosseguindo sua manifestação, solicitou esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para projeção de desempenho dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), da forma como os imóveis pertencentes ao patrimônio do Instituto foram considerados nas simulações, da inexistência de cenários específicos de estresse (*stress test*) e da utilização da estrutura a termo das NTN-B na data-base considerada pelo estudo. O Diretor de Investimentos respondeu detalhadamente a cada um dos questionamentos apresentados, esclarecendo que o custo administrativo não representava omissão de despesas, mas uma premissa metodológica específica do modelo utilizado, que só deve considerar as despesas previdenciárias e os ativos correspondentes. Explicou, ainda, que a maior alocação em títulos públicos decorreu dos resultados obtidos nas simulações probabilísticas, que demonstraram maior aderência desses ativos às necessidades atuariais do Regime Próprio, especialmente em razão da possibilidade de carregamento até o vencimento e da previsibilidade dos fluxos financeiros. Adicionou que esses títulos apresentam grau de risco soberano, sendo o investimento mais conservador do ponto de vista de risco de crédito.

Esclareceu, igualmente, que as premissas atuariais utilizadas correspondiam às constantes da avaliação atuarial vigente, que os imóveis foram considerados conforme metodologia prevista no estudo e que as projeções relativas aos FIPs estão em linha com o histórico de rentabilidade apresentado pelas gestoras. Informou, ainda, que os cenários simulados contemplavam diferentes comportamentos de mercado, permitindo avaliar o desempenho esperado da carteira em distintas condições econômicas.

O Presidente complementou os esclarecimentos, ressaltando que o Estudo de ALM constitui instrumento de apoio à tomada de decisão e não determina, por si só, a realização automática de investimentos, permanecendo todas as futuras movimentações patrimoniais sujeitas às análises técnicas da Diretoria de Investimentos, do Comitê de Investimentos e das instâncias de governança do Instituto.

Relatório Mensal da Carteira de Investimentos – Junho de 2026

Na sequência, passou-se ao item referente ao Relatório Mensal da Carteira de Investimentos, relativo ao mês de junho de 2026, permanecendo a palavra com o Diretor de Investimentos, Sr. Lucas José Lopes Paz. Inicialmente, apresentou o cenário macroeconômico, informando que a expectativa de inflação para o ano havia sido reduzida para 5,16%, enquanto a projeção do Produto Interno Bruto foi elevada para 1,99%. Destacou que o mercado de trabalho permanecia aquecido e que, apesar dos estímulos fiscais e parafiscais à atividade econômica, a política monetária restritiva já produzia efeitos sobre o crédito. Informou, ainda, que a expectativa para a taxa Selic em 2026 havia sido elevada de 13,75% para 14%.

Em relação ao IPCA, esclareceu que o índice apresentou variação de 0,16% no mês de junho, abaixo da expectativa de mercado e em desaceleração em relação ao mês anterior, quando havia registrado alta de 0,58%. Informou que o índice acumulava 3,36% no ano e 4,64% nos últimos doze meses. Acrescentou que os núcleos de inflação também apresentaram desaceleração e que o índice de difusão recuou, indicando menor disseminação das pressões inflacionárias. O Presidente observou que a inflação mais elevada ao longo de parte do primeiro semestre tornou a meta atuarial, correspondente ao IPCA acrescido de 5,56%, mais exigente no período.

Prosseguindo, o Diretor apresentou a evolução da curva de juros reais, destacando que, durante o mês de junho e o início de julho, foram observadas taxas superiores a IPCA mais 8% em diversos vértices. Informou que o Instituto aproveitou esse cenário para realizar aproximadamente R\$ 175 milhões em aquisições de NTN-Bs, passando a carteira desses títulos a apresentar taxa média de IPCA mais 7,51%, superior à meta atuarial. O Presidente ressaltou a relevância desse patamar de rentabilidade para a estratégia de longo prazo do Instituto, considerando que parcela expressiva da carteira se encontrava aplicada em títulos públicos com remuneração acima da meta atuarial.

Na apresentação do desempenho dos investimentos no mês, o Diretor informou que as NTN-Bs marcadas na curva apresentaram retorno médio de aproximadamente 0,92%, equivalente a cerca de 151% da meta atuarial mensal, fixada em 0,61%. Os fundos de renda fixa e de crédito privado também apresentaram desempenho superior à meta, com destaque para determinados fundos que registraram rentabilidade mensal superior a 1,20%. Nos investimentos no exterior, destacou-se o fundo Gama Schroder Gaia Countour, com retorno de 5,96% no mês. Nos investimentos estruturados, foram registrados retornos expressivos em fundos ainda em estágio inicial de investimento, com destaque para o XP Selection Prime Feeder Institucional FIP, que registrou valorização de 8,24%, seguido pelo Perfin Infra II Feeder Institucional FIP, que rendeu 7,21%. Os rendimentos representam, respectivamente, 1.350% e 1.182% da meta atuarial.

Quanto à renda variável, esclareceu que alguns fundos apresentaram resultado negativo no mês, ressaltando, contudo, que a avaliação dessa classe deve considerar horizontes de prazo mais longos, especialmente de 24 a 48 meses, em razão dos ciclos econômicos. Informou que os fundos integrantes da carteira apresentavam, nesses horizontes, desempenho superior ao IPCA acrescido de 6%, destacando que os ativos com desempenho recente menos favorável permaneciam sob acompanhamento e poderiam ter suas alocações reavaliadas caso deixassem de apresentar resultados satisfatórios também nas janelas de longo prazo.

A Conselheira Maria Helena Alves Oliveira manifestou preocupação com o desempenho da renda variável no semestre e solicitou atenção especial aos fundos que vinham apresentando resultados negativos, destacando a importância do acompanhamento contínuo e de eventual reavaliação das alocações. Registrou, ao mesmo tempo, que já haviam sido observadas movimentações e realocações pela equipe de investimentos.

Em seguida, apresentou a composição da carteira, informando que o Instituto possuía aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em títulos públicos, majoritariamente marcados na curva, correspondendo a cerca de 56% do patrimônio. Acrescentou que aproximadamente 15% estavam alocados em fundos de títulos públicos, incluindo fundos vértice com vencimento previsto para agosto de 2026. Considerando os cupons e os resgates desses fundos, estimou o ingresso de aproximadamente R\$ 300 milhões no Fundo Previdenciário em 15 de agosto, esclarecendo que o Comitê de Investimentos já havia deliberado pela realocação desses recursos em investimentos conservadores. Destacou, ainda, que a carteira permanecia com perfil conservador, com 92,2% dos recursos alocados em renda fixa.

No desempenho consolidado, informou que a carteira registrou rentabilidade de 0,99% no mês de junho, frente à meta atuarial de 0,61%. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 6,84%, ante meta atuarial acumulada de 6,11%, correspondendo a 111,95% de cumprimento da meta. O Diretor informou, ainda, que os rendimentos financeiros acumulados no ano somavam aproximadamente R\$ 178,44 milhões e que, considerados também os aportes, o patrimônio havia crescido cerca de R\$ 280 milhões em 2026, equivalente a aproximadamente 11%.

Foi registrado, ainda, que a rentabilidade referente ao mês de maio havia sido revisada em razão de atualização da cota informada por uma das gestoras, uma vez que o dado inicialmente encaminhado estava posicionado no dia 28 de maio, e não no último dia útil do mês. A correção produziu pequena alteração nos indicadores daquele período, sem modificar a avaliação geral do desempenho acumulado da carteira.

O Presidente destacou o desempenho da carteira no primeiro semestre, observando que o percentual de cumprimento da meta se manteve, de modo geral, acima de 100%, apesar do cenário de inflação elevada, volatilidade e incertezas econômicas. Ressaltou a importância da diversificação e das realocações realizadas com fundamento nos estudos técnicos, parabenizando os membros do Comitê de Investimentos e a equipe da Diretoria de Investimentos pelos resultados alcançados.

O Conselheiro Carlos Magno Meirelles informou que possuía outras dúvidas e apontamentos sobre o relatório, mas que os encaminharia posteriormente por e-mail, a fim de não prolongar a reunião.

Aberto espaço para manifestações, o Conselheiro Jorge da Conceição Gomes apresentou ressalva quanto à informação constante do relatório da consultoria no sentido de que o documento teria sido analisado e aprovado pelo Conselho Fiscal, observando que, naquele momento, tal análise ainda não havia ocorrido. Sugeriu que, sempre que possível, a análise do Conselho Fiscal antecederesse a apreciação pelo Conselho de Administração

ou, alternativamente, que a informação sobre a aprovação fosse inserida somente após a efetiva manifestação das instâncias competentes.

O Presidente esclareceu que a aprovação do Relatório de Desempenho da Carteira pelo Conselho de Administração não está condicionada à aprovação prévia pelo Conselho Fiscal, considerando a autonomia e as atribuições próprias de cada órgão e o fato de o relatório já ter sido submetido ao Comitê de Investimentos. Reconheceu, contudo, a pertinência da observação quanto à informação constante do documento. A Conselheira Maria Helena Alves Oliveira sugeriu que, nos relatórios futuros encaminhados para análise, a menção às aprovações dos Conselhos fosse incluída apenas após a efetiva apreciação de cada instância. A sugestão foi acolhida, ficando o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente a junho de 2026 aprovado com a ressalva de que a informação relativa à aprovação pelo Conselho Fiscal ainda não correspondia a ato efetivamente realizado naquele momento.

Após a deliberação, o Conselheiro Jorge da Conceição Gomes solicitou à Presidência que, com vistas às futuras eleições da Niterói Previ, fosse avaliada a instituição de grupo de trabalho, com prazo determinado para início e conclusão das atividades, destinado à revisão e ao aprimoramento das normas e dos procedimentos relativos ao próximo processo eleitoral. Sugeriu, ainda, que, ao final dos trabalhos, fosse apresentado relatório contendo as propostas formuladas.

Heitor Moreira Pereira
Presidente da Niterói Previ

Cesar Augusto Barbiero
Representante da SMF

Rubia Cristina Secundino
Representante da SMA

Rubens Carrilho
Representante do Poder Legislativo

Francisco Miguel Soares
Representante da PGM

Maria Helena Alves Oliveira
Membro Eleito – Representante dos
Servidores Efetivos Ativos

Carlos Magno Zanotti Meirelles
Membro Eleito – Representante dos
Servidores Efetivos Ativos

Jorge da Conceição Gomes
Membro Eleito – Representante dos
Servidores Inativos e Pensionistas

Marcos da Silva Gonçalves
Membro Eleito – Representante dos
Servidores Inativos e Pensionistas